

O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL — JAPÃO NO SÉCULO XIX¹

Roberto Jimmy Hideki Yamamura



1. Introdução

No dia 5 de novembro de 1895, em Paris, o embaixador Gabriel de Toledo Pisa e Almeida, representando S. Ex. o Sr. presidente dos Estados Unidos do Brasil, Prudente de Moraes, e o embaixador Sone Arasuke Jushii, representando Sua Majestade, o imperador do Japão Meiji, mediante a assinatura de um documento composto de quinze artigos e lavrado em três idiomas — o português, o japonês e o francês —, firmaram o início das relações diplomáticas e oficiais entre ambos os países, que completaram cem anos.

Até então, os dois países ignoravam-se, pelo fato de que suas esferas de ação, tanto em termos político-estratégicos, socioculturais ou econômicos, não se superpunham.² Sendo assim,

¹ Este artigo foi escrito como trabalho de conclusão da disciplina "Seminário II em Relações Internacionais: Tópicos Especiais em Política Exterior do Brasil" do depto. de pós-graduação em História da UnB, ministrada pelo Prof. Dr. Amado Luiz Cervo e pela Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Ferreira Menezes, no segundo semestre de 1995. O presente artigo foi, ainda, baseado na palestra proferida pelo autor do mesmo, intitulada "O Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre o Brasil e o Japão no contexto de suas políticas externas", como parte da programação do Seminário de Extensão "Brasil—Japão 100 Anos de Descobrimto Recíproco", realizado na Universidade de Brasília em setembro de 1995.

² Ver Wellington Dantas de Amorim. *Contraste e contato: aspectos do relacionamento econômico entre Brasil e Japão* (dissertação para a obtenção do grau de mestre em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, maio de 1991.

que fatores teriam permitido que esses dois atores internacionais se encontrassem à mesa de negociações e estabelecessem o início das relações bilaterais?

O objetivo deste artigo é, pois, analisar as circunstâncias que levaram ao início das relações Brasil — Japão, dentro dos contextos das políticas externas do Japão e do Brasil de então. Quais eram os interesses brasileiros no estabelecimento de relações diplomáticas com o País do Sol Nascente? Quais eram os interesses japoneses em formalizar relações diplomáticas com um distante país tropical do outro lado do mundo?

Teriam fatores internos ao Japão e ao Brasil proporcionado uma confluência de interesses, ou seja, uma complementaridade de objetivos? E o que teria motivado tais fatores, já que, até então, conforme mencionado anteriormente, ambos ignoravam-se? Poderia ter sido a percepção — por parte de um dos atores, ou de ambos — de alguma ameaça externa em função de mudanças na configuração de poder no cenário internacional? Responder a essas perguntas não é fácil, a despeito das intensas atividades que estão programadas, tanto no Brasil como no Japão, para celebrar o centenário da assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação.³

³ É importante salientar que, ao menos até o estágio atual da pesquisa, poucos manuais de história da política externa tanto do Brasil como do Japão mencionam a existência desse tratado, a despeito da relevância que o relacionamento bilateral assumiu no presente século. Também é importante mencionar que, pelo menos em nível de Brasil, os estudos das relações nipo-brasileiras têm sido realizados a partir do início do contato humano dos dois povos, ou seja, a partir da chegada do navio Kasato Maru, que trouxe os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil em 1908. Dessa forma, não há estudos sobre as relações bilaterais anteriores a esse ano.

2. Os interesses japoneses

Para se compreender os interesses japoneses no estabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil, culminando com a assinatura do Tratado de Amizade de 1895, é preciso inseri-los no contexto das relações internacionais do Japão na Era Meiji. E mais, de forma alguma é possível compreender a política externa japonesa da época se não a considerarmos como parte do processo da formação do Japão moderno, que se inicia com a Reestruturação Meiji de 1868. Mais adiante ainda, não é possível compreender a Reestrutuação Meiji sem inseri-la no contexto do cenário internacional da época em nível global.

2.1. *O cenário internacional na segunda metade do século XIX*

A segunda metade do século XIX caracterizava-se pela ascensão das potências imperialistas dos Estados Unidos e da Europa, definindo-se a época que se convencionou chamar de 'Era dos Impérios'. O mundo ocidental passava por uma grande revolução produtiva, científica e tecnológica, e as grandes potências buscavam, em seu vigoroso avanço imperialista, auferir novas colônias e protetorados, dividindo o 'bolo' do mundo em vários pedaços de áreas de influência, conquistando mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas, tão necessários para a acirrada competição pelo poder econômico e industrial global. Era, pois, o fenômeno da 'Segunda Globalização' (a 'Primeira Globalização', ou seja, quando pela primeira vez o mundo assistia à tentativa de se integrar as nações dispersas entre si a um conjunto de valores econômicos e morais, ocorreu no século XVI com as expansões ultramarinas das potências européias da época, como Portugal, Espanha e Holanda).

2.2. *A chegada do Comodoro Perry*

Nesse contexto ora descrito, já nos anos 1940, os europeus, sobretudo os ingleses, tentaram, sem sucesso, estabelecer relações comerciais com o Japão. O Japão buscava manter sua política de isolamento que já durava 260 anos. Até então, desde 1636, quando o Shogunato Tokugawa estabeleceu o Decreto de Isolamento Nacional, a despeito do privilégio de acesso ao porto de Nagasaki do qual somente os holandeses e chineses gozavam, o Japão vivia em paz e isolado do resto do mundo. Seus costumes, sua estrutura social rigidamente estratificada e sua cultura de maneira geral — baseados na ética confuciana — mantiveram-se intactos durante quase três séculos.

Mas, em 1853, chegava à baía de Edo (atual Tokyo) o comodoro Mathew Perry, os Estados Unidos, trazendo em nome do presidente norte-americano uma proposta para o estabelecimento de relações comerciais. Apesar de alegar intenções amistosas, a oferta exigia uma resposta positiva por parte do Japão, sendo bastante claro o tom ameaçador dos EUA.

Um grande número de nossos poderosos navios de guerra dirige-se para o Japão e são esperados nestes mares de um momento para outro; o infrafirmado, como prova de suas *intenções amigáveis* [sem grifo no original], trouxe consigo tão-somente [sic] quatro dos seus menores navios; mas está pronto, caso se torne necessári [sic], a voltar a ledo na primavera com uma força bem maior [!].⁴

No ano seguinte, em 1854, o comodoro Perry retorna ao Japão conduzindo uma grande esquadra, a fim de cobrar uma resposta positiva com relação à proposta de abertura dos portos. Perante as pressões e a ameaça de um ataque militar com aber-

⁴ K.M. Panikkar. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 203.

tura forçada, o Shogunato cede. Dessa forma, é assinado, quase que de imediato, no mesmo ano de 1854, o primeiro tratado entre o Japão e uma nação estrangeira, o Tratado de 'Amizade e Paz' entre Estados Unidos e Japão, abrindo os portos de Shimoda e Hakodate para aqueles. O Japão temia o mesmo destino da dinastia Ching da China em virtude da Guerra do Ópio (1839-42).⁵ Após esse tratado, um a um, países como Inglaterra, França, Holanda e Rússia reivindicaram tratados semelhantes.

O primeiro de uma série de *tratados desiguais*, porém, é firmado quando o Japão assina, em 1858, o Tratado de Amizade e Comércio Japão—EUA e o ratifica em 1860. Dois pontos eram especialmente polêmicos nesse tratado: a questão das tarifas de importação, que impediam os japoneses de intervirem no estabelecimento das tarifas dos produtos americanos que entrariam dentro de seu próprio território, e a questão dos privilégios de extraterritorialidade, que impediam que um cidadão norte-americano que cometesse crimes em território nipônico fosse julgado pela justiça local.⁶

⁵Sobre a Guerra do Ópio, ver, entre outros: Ting-fu Tsiang. "Los ingleses y la guerra del Opio". Em: F. Schurmann & O. Schell. *China Imperial*, México: FCE, 1971, pp. 175-90, e *Idem*. "Opio, librecambio y expansión del poder británico". *Ibid.*, pp. 174-75.

⁶Ver: Nihongo Kyoiku Gakkai. *The Society for Teaching Japanese as a Foreign Language. Nihon no Rekishi*, Tóquio. 1988, p. 45; Ian Nish. *Japanese Foreign Policy 1869-1942*, Londres: Rutledge & Kegan Paul, 1977.

2.3. 1858-1868: *A década decisiva para a formação do Japão moderno*

Costuma-se determinar na historiografia que o período determinante para a formação do Japão moderno teria sido a época que se inicia com a ascensão do imperador Meiji ao poder — a Era Meiji ou período da Reestruturação Meiji.⁷ Entretanto, ver-se-á nesta parte do artigo que, a despeito da relevância inegável da Era Meiji, por ter sido em termos práticos e operacionais o período da edificação da modernização nipônica, jamais tal reestruturação teria sido possível se não tivesse existido a década anterior, caracterizada por intensos debates no seio das elites da sociedade japonesa. Essas elites teriam permitido os ajustes necessários para a formação do consenso nacional com relação à premência da modernização. Sem tal consenso e união, dificilmente o projeto de modernização poderia ter alcançado as dimensões que assumiu.

As pressões imperialistas tendiam a aumentar e os debates no meio político japonês com relação à conduta a adotar perante as investidas estrangeiras tornavam-se acirrados. Duas correntes de pontos de vista foram predominantes. A primeira alegava que, diante do poderio militar do Ocidente, correndo o risco de uma intervenção direta como ocorria com outros países asiáticos,⁸ não haveria outra opção ao Japão a não ser ceder às pressões externas. A segunda corrente alegava que abrir as portas do país em função de pressões externas seria sinal de fraqueza e prejudicaria a independência e a integridade do Japão.⁹

⁷Ver, entre outros: W.G. Beasley. *The Meiji Restoration*, Stanford: Stanford University Press, 1991; Shigeru Yoshida. *Japan's Decisive Century (1867-1967)*, Nova York: Frederick Praeger Publishers, 1967.

⁸Ver, entre outros: Panikkar. *op. cit., passim*.

⁹Ver: Yoshida, *op. cit.*, pp. 7-8.

Os primeiros eram os *entreguistas* e os últimos eram os *nacionalistas*.¹⁰

Os ânimos internos passavam a se acirrar, de forma que ocorreram massacres de opositoristas e atentados terroristas contra membros do Shogunato.¹¹ Perante esses distúrbios, o Shogunato empreende duas tentativas fracassadas de expulsar os estrangeiros em meados dos anos 1960, sendo que a primeira delas ocorreu contra os americanos e a segunda quase resultou em uma guerra contra as potências imperialistas ocidentais aliadas.¹² Com esses fiascos, a posição do Shogunato ficou cada vez mais enfraquecida perante a opinião pública, e a nação ficou dividida em um novo dilema: manter-se fechada, preservando as tradições, ou abrir-se ao estrangeiro para a modernização.¹³

A solução adotada pelos japoneses foi 'repelir' as pressões e abrir-se por 'vontade própria'. Apesar do longo período de isolamento de quase três séculos com relação ao ambiente

¹⁰Os conceitos *entreguistas x nacionalistas* foram utilizados para caracterizar as vertentes de opinião conflitantes durante o segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-54), no Brasil, no que se referia à questão de como o Brasil deveria relacionar-se com o exterior, pelo fato de esse relacionamento ser um componente importante nas concepções sobre a solução do problema nacional do desenvolvimento. Ver: Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, pp. 250-55. Tais conceitos foram utilizados pelo autor deste artigo, no contexto histórico do Japão do século XIX, pela similaridade da natureza dos debates internos que lá ocorriam com relação aos que se sucediam no Brasil em meados deste século.

¹¹Ver, entre outros: James William Morley. *Japan's Foreign Policy - A Research Guide*. Nova York: Columbia University Press, 1974; Nihongo Kyoiku Gakkai, *op. cit.*, p. 45.

¹²É interessante notar como as potências ocidentais aliavam-se umas com as outras. "...Com exceção talvez da Rússia, todas as potências faziam frente única contra a Ásia e aceitavam o princípio de uma assistência mútua nas suas respectivas reivindicações, com a condição de que não exigissem privilégios que fossem de encontro ao interesse geral." (Panikkar, *op. cit.*, p. 210).

¹³Ver: Yoshida, *op. cit.*, p. 9.

estrangeiro, as lideranças japonesas da época — sobretudo as da Casa Imperial, munidas de aguçada visão de longo prazo e sabedoria política, influências da mentalidade e da cultura dos samurais — entendiam que a abertura ao exterior permitiria a modernização, equipando-se dos meios necessários para enfrentar o desafio das potências imperialistas ocidentais e preservar a integridade nacional.¹⁴ Em outras palavras, a abertura não foi vista como uma ameaça por expressiva parcela das lideranças japonesas, ao contrário do que poderia aparentar segundo uma visão mais momentista, mas sim a abertura de suas portas ao exterior era entendida como ‘meio de salvação’ a médio e longo prazos.¹⁵ Dessa forma, de maneira relativamente pacífica,¹⁶ acima de interesses subalternos, ocorre em 1868 a transição do poder de quase três séculos do Shogunato para o poder central do imperador Meiji.

Essa década que vai de 1858 a 1868¹⁷ foi a época dos grandes debates internos no Japão, em que arestas entre as vá-

¹⁴Ver: *Ibid.*, *ibidem*.

¹⁵Note-se que os debates concernentes à abertura de mercados ao estrangeiro e a modernização, tão em voga nos dias atuais em países como o Brasil, já era tema corrente no Japão do século passado. Costuma-se dizer que é um índice de sabedoria a capacidade de aprender com as lições deixadas pelas experiências dos outros... Isso não implica, obviamente, que se deva copiar pura e simplesmente os modelos estrangeiros.

¹⁶É evidente que, conforme já foi visto acima, ocorreram alguns distúrbios, até mesmo fatais, durante a década em questão, que antecede o início da Reestruturação Meiji. Entretanto, se considerarmos que uma instituição que havia consolidado o poder durante 260 anos estava praticamente entregando o poder e compararmos com outras experiências de transição de poder e mudança de regime — aliás, muito menos consolidados que o Shogunato japonês —, em várias partes do mundo no decorrer da História, torna-se plausível o uso da expressão “transição de poder relativamente pacífica”.

¹⁷Costuma-se pensar que a Era Meiji, iniciada em 1868, constitui a fase determinante para a formação do Japão moderno. Todavia, contrapondo a tal senso comum, pode-se argumentar que a fase mais relevante para a fundação do Estado japonês moderno foi a década de 1858-1868, uma vez que foi a marcada

rias correntes de pensamento com relação ao desafio das potências ocidentais, perante o qual a nação não poderia mais se eximir, foram aparadas. Sem esses grandes debates, diante da percepção de uma ameaça externa comum a toda a sociedade nipônica, não haveria a Reestruturação Meiji. Veremos, pois, na parte seguinte deste trabalho que, quando da ascensão do Imperador Meiji ao poder, a nação japonesa já sabia o que fazer, de forma que praticamente toda a sociedade já estava arregimentada ao esforço único rumo à modernização, por meio de um verdadeiro 'projeto nacional' que era a Reestruturação Meiji.

Entretanto, aqui é plausível colocar certas indagações. O que teria permitido que, em um espaço de dez anos, 260 anos de poder consolidado do Shogunato fossem praticamente entregues, a fim de que o país todo pudesse se unir a ponto de conduzir avante um único projeto nacional durante décadas e transformar, no espaço de uma geração, uma nação isolada e feudal em uma potência asiática? Teriam sido os fatores culturais? Uma milenar 'tradição de associatividade'?¹⁸

pelos grandes debates, conflitos e ajustes internos no seio das elites japonesas. Essas contendas internas, suscitadas pela assinatura do primeiro tratado desigual de 1858, é que culminaram no entendimento e no concerto de todas as forças sociais ao redor do projeto nacional comandado pela casa imperial.

¹⁸Não se deve negar que eventuais atitudes de força e de repressão foram tomadas pelo Estado japonês em nome do sucesso da Reestruturação Meiji. Entretanto, isso não é suficiente para refutar o alto grau de união e coesão das forças sociais em torno desse projeto nacional. A justificativa cultural que explicaria a razão dessa união encontraria respaldo em diversos episódios no decorrer da história japonesa que atestam a existência de uma forte *tradição de associatividade*. Por exemplo, já no século XIII, os japoneses demonstraram uma forte capacidade de unir forças antagônicas perante a percepção de uma ameaça externa comum, ao repelirem por duas vezes a invasão do império mongol — o maior de todos os impérios do mundo. Ou seja, a despeito de contendas internas, das quais os mongóis tentaram tirar proveito para facilitar a invasão, os japoneses relegavam as divergências internas para se unirem contra o inimigo comum. Ao que parece, não fizeram diferente perante a "nova ameaça externa comum" do século XIX.

2.4. *A Reestruturação Meiji e a formação da política externa japonesa*

A prioridade máxima do Estado japonês da Era Meiji era a abertura para o exterior a fim de ampliar os contatos com o mundo e preservar a independência e a integridade por meio da modernização, da prosperidade e do poder militar,¹⁹ dentro de uma Ásia onde a maioria dos países já caíra nas mãos do Ocidente como colônias. Ou seja, o objetivo era criar uma política externa japonesa, até então inexistente, como um instrumento para a consecução dos interesses nacionais de modernização e competitividade do país, perante um cenário internacional cada vez mais agressivo, do qual o Japão não poderia mais se eximir sem correr o risco de ser mais um quintal da competição imperialista.

A modernização abrangeu toda a vida social, desde a infra-estrutura industrial, os transportes, as comunicações, a criação de um sistema bancário, a instituição do ensino obrigatório e universal a todos os cidadãos já em 1872, a criação das universidades, o sistema e as instituições políticas, a doutrina militar, até o modo de vida de cada cidadão japonês.²⁰ Buscou-se aliar os princípios tradicionais da ética confuciana de trabalho árduo, de austeridade, de diligência e de fidelidade com os novos valores ocidentais da livre iniciativa e do espírito empreendedor.²¹

¹⁹Ver: *Ibid.*, p. 10.

²⁰A adoção de tais medidas quase que imediatamente após o início da Reestruturação Meiji mostra que os líderes japoneses já sabiam exatamente o que queriam fazer, apesar de terem se mantido isolados do resto do mundo até então. Um projeto de tal monta certamente demandaria vários anos de debate nacional para a sua gestação e isso foi feito na década anterior, conforme defendido na parte anterior deste artigo.

²¹Com relação a essa capacidade de adaptação às instituições modernas, apesar de a sociedade japonesa ter se mantido isolada por quase 260 anos, é interessante notar que um ex-samurai foi o fundador da Universidade de Waseda, uma das mais

A ascensão do poderio da nova classe mercantil estabeleceu a formação de uma nova ordem social no Japão. Com relação à importação de capital estrangeiro, os líderes japoneses entendiam que isso poderia permitir aos interesses alienígenas o controle da economia nacional, de forma que era coibido²² e encorajava-se, então, a vinda do conhecimento e da tecnologia ocidentais.

Em suma, a flexibilidade dos japoneses em aceitar e assimilar a cultura e os valores ocidentais em função de seus interesses, bem como a sabedoria de seus homens de Estado é que permitiram ao Japão se tornar um país moderno e competitivo como mais uma das potências imperialistas nos moldes ocidentais. O Estado teve a capacidade de, mediante a política externa, subverter as determinações estruturais de longo prazo.

Todavia, na busca de recursos e matérias-primas para suprir seu processo de desenvolvimento econômico e industrial, da mesma maneira que as potências imperialistas do Ocidente, o Japão começava a se envolver, nos finais do século passado e adentrando para o atual, em uma série de aventuras militares como a Guerra Sino-Japonesa, a anexação de Formosa,²³ a intervenção na Guerra dos Boxers, a Guerra Russo-Japonesa, a anexação da Coréia e outras. Começava, pois, o longo período

renomadas do Japão até hoje. Com relação à educação, a formação militar fazia parte do currículo obrigatório das escolas.

²²Ver: *Ibid.*, pp. 15-16.

²³Com relação ao imperialismo japonês, ver, entre outros: Mutsu Munemitsu. *Kenkenroku: A Diplomatic Record of Sino-Japanese War*. Tóquio: University of Tokyo Press, 1982, *passim*; W.G. Beasley *Japanese Imperialism 1894-1945*. Oxford: Clarendon Press, 1989, *passim*; Morinosuke Kajima. *The Diplomacy of Japan 1894-1922*. Tóquio: Kajima Institute of International Affairs, 1976, *passim*; Alexandre Konder. *Imperialismo ou legítima defesa? - O incidente sino-japonês visto através dos seus detalhes*. Rio de Janeiro: Calvino Filho (editor), 1933, *passim*.

de imperialismo japonês que duraria até a Segunda Guerra Mundial.

O tema político que mais estava em voga no Japão dos fins do século XIX era a questão da revisão dos tratados desiguais e desvantajosos perante as potências estrangeiras.²⁴ As agitações no recém-formado Parlamento japonês, eleito por voto popular, eram intensas com relação a esse tema. O primeiro tratado firmado pelo Japão com uma potência estrangeira em pé de igualdade perfeita foi o acordo formalizado com a Rússia em 1875, que reconhecia os direitos japoneses sobre as ilhas Kurilas e os dos russos sobre Sacalina.²⁵ A assinatura do Tratado de Amizade e Navegação com o México em 1889 marca o início do processo de universalização da política externa japonesa. Ou seja, dentro desse processo, a chancelaria japonesa embutiu a filosofia de abertura universal, de forma que o Japão deveria, além de revisar os tratados desiguais com as potências imperialistas do Ocidente, buscar firmar tratados com outras nações, no intuito de abrir o leque de opções, conscientes do perigo e da vulnerabilidade de uma política externa dependente de uns poucos parceiros imperialistas. É, portanto, dentro dessa filosofia que se enquadrou o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação com o Brasil, firmado em novembro de 1895.²⁶

É importante considerar também que o fulminante processo de transição, de um Japão de estruturas rurais e feudais

²⁴Ver: Nish, *op. cit.*, pp. 29-34.

²⁵Ver: Panikkar, *op. cit.*, p. 211.

²⁶Conforme já mencionado na introdução do presente artigo, nenhum manual de história da política externa japonesa — pelo menos os até o presente consultados — sequer menciona a existência desse tratado bilateral nipo-brasileiro. Entretanto, considerada a proximidade do ano em que foi assinado com relação ao similar mexicano, aliado ainda às revisões dos tratados desiguais com as potências ocidentais, é possível concluir que o tratado nipo-brasileiro fazia parte também dessa política japonesa de revisão e universalização de tratados.

para um Japão moderno de estruturas urbanas e industriais, produzia suas seqüelas e anomalias sociais. Problemas os quais todas as sociedades urbanas do Ocidente enfrentaram em seu processo de formação eram vistos igualmente no cenário japonês, tais como o êxodo rural, a superpopulação nas cidades, a miséria urbana, o desemprego nos campos e cidades em função da aplicação de técnicas modernas que reduziam a necessidade de mão-de-obra, etc.

O problema da superpopulação passou a ser um dos principais dilemas internos do Japão, tão bem ilustrado nas palavras de Adolpho Justo Bezerra de Menezes, quando escreve que “falar no Japão é falar em espaço vital”.²⁷ Apenas para se perceber a dimensão do problema: em 1875, a população japonesa era de 30 milhões de habitantes, e, 25 anos após, era de 45 milhões,²⁸ ou seja, havia aumentado em 50%. Note-se ainda que o arquipélago, já bastante pequeno, só tinha cerca de 20% de sua área habitável e arável. “Não há pedacinho de terra mais ingrato para o homem; tudo ali conspira contra o habitante”.²⁹

Sendo assim, cientes de que “o Frankenstein japonês, esse problema demográfico que achata qualquer outro de caráter econômico, político ou social”³⁰ causaria grandes convulsões sociais e certamente solaparia o processo de desenvolvimento e modernização do país, os líderes do Império Japonês teriam arquitetado um projeto de controle demográfico por meio da emigração de mão-de-obra. Dentro das opções de locais para ‘deslanchar’ o excesso populacional estava um país exótico, de grandes extensões territoriais, pouco explorado, mas com terras

²⁷ Adolpho Justo Bezerra de Menezes. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960, p. 178.

²⁸ *Ibid*, *ibidem*.

²⁹ *Ibid*, p. 179.

³⁰ *Ibid*, p. 178.



muito férteis, e carente de mão-de-obra para suas lavouras, visto que o trabalho escravo havia sido abolido, e que de uma forma geral indicava ser terra de grande atrativo e futuro. Era o Brasil. Dessa forma, para o Japão teria sido de vital interesse firmar relações diplomáticas mediante um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação perante o Brasil.

Havia também o interesse-imperialista japonês em criar áreas de influência em território americano, onde a influência americana ou inglesa era maior. Nesse sentido, a emigração de mão-de-obra seria um meio de criar zonas de ocupação japonesa em território americano.³¹

De qualquer forma, 13 anos após³² a assinatura desse tratado bilateral em Paris, no ano de 1908, o navio *Kasato Maru* chegava ao Brasil iniciando o capítulo da saga dos imigrantes japoneses na história do país.³³

³¹Quanto a isso é interessante notar que, já nos primeiros momentos da vinda do imigrante japonês ao Brasil, foram criadas as associações de província que, em tese, deveria se constituir em agremiações onde os colonos poderiam se reunir para preservarem seus valores culturais. Na prática, contudo, estava servindo também como verdadeiras instituições bancárias para a remessa de capitais do Brasil para o Japão.

Muitos poderiam perguntar por que o Japão teria optado pelo Brasil, quer a emigração fosse um instrumento de controle demográfico, quer fosse um instrumento de expansionismo imperialista. É bem verdade que a imigração japonesa ocorreu também em várias outras localidades americanas, em menor intensidade, como no México, Peru, EUA, Canadá e Havai. Todavia, é importante lembrar que o Brasil, apesar de sua política externa ter assumido uma americanização com o advento da República, era na época um país muito mais aberto ao estrangeiro que outras nações circunvizinhas.

³²Ainda hoje é motivo de especulação as razões desse intervalo de tempo desde a assinatura do tratado até o início do movimento emigratório para o Brasil. Na parte seguinte deste artigo, será discorrido mais a respeito.

³³Com relação ao tema específico da imigração japonesa no Brasil, ou seja, a história do contato humano entre as duas civilizações, iniciado em 1908, existem várias obras escritas no Brasil. Ver, entre outros: Hiroshi Saito. *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980. *Idem* & Takashi Maeyama.

3. Os interesses brasileiros

Enquanto os países europeus e os Estados Unidos, bem como o Japão, passavam pelo já descrito fenômeno de transformações caracterizado sobretudo pelos imperialismos, as últimas décadas do século XIX também foram para o Brasil uma fase de grandes mudanças políticas. Eclodiam os movimentos abolicionistas e o republicanismo. Indubitavelmente, o fato mais marcante na vida política brasileira da época foi a mudança de regime pelo golpe militar e republicano de 1889, encerrando a fase da estabilidade monárquica no Brasil.

Com a revolução republicana, a política externa brasileira sofreu consideráveis remanejamentos. Enquanto a política externa do Império caracterizava-se por uma aproximação maior com o concerto europeu, a política externa republicana adotara um maior alinhamento com os Estados Unidos. Era a ‘americanização’³⁴ da política externa brasileira, significando uma ruptura com as diretrizes do regime anterior. Se, por um lado, segundo os historiadores, a política externa brasileira no início da República não estava claramente definida, para não dizer desnorteada,³⁵ por outro lado, é admissível que, com as novas elites oligárquicas no poder, a agroexportação e a promoção da imigração fossem vistas como relevantes pautas a serem consideradas na agenda da diplomacia brasileira.

Desde a época imperial, quando já eclodiam os movimentos pela abolição, o governo brasileiro já estudava a possibilidade de opções para substituir a mão-de-obra escrava nas

Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. São Paulo: Edusp-Vozes, 1973.

³⁴Ver: Cervo & Bueno. *op. cit.*, pp. 149-51.

³⁵Ver: *Ibid*, pp. 147-49.

lavouras. Dessa forma, o governo brasileiro mantinha contatos intensos com o governo da China no intuito de trazer trabalhadores para as fazendas brasileiras. Enviou-se uma missão diplomática àquele país e, após duras e longas negociações, foi assinado, em 3 de outubro de 1881, o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre o Brasil e a China.³⁶ O interesse primordial do governo brasileiro era trazer ‘amarelos’ como mão-de-obra servil, considerando-os como uma fase intermediária na transição da mão-de-obra negra e escrava para o trabalho branco e livre. Contudo, em virtude de instabilidades políticas internas do Brasil, de ingerências de certas potências ocidentais e de experiências anteriores malogradas em tentativas de introdução de chineses no Brasil, submetidos a precárias e desumanas condições, aliado a denúncias, sobretudo da Sociedade Positivista,³⁷ de que os mesmos seriam submetidos a um regime de escravidão, a imigração chinesa não vingou. Em outras palavras, por meio do rótulo de ‘tratado de amizade’, estava sendo ensejado um novo programa de exploração humana internacional, atestando a repugnante deslealdade e a imoralidade presente no jogo das relações internacionais.³⁸

³⁶Maiores informações, ver: Fabio Lafaiete Dantas. *As origens das relações entre o Brasil e a China — a missão especial de 1879*. Universidade de Brasília: Depto. de História, 1986.

³⁷Um dos princípios básicos dos positivistas era o que determina que “a política deve se subordinar à moral”. Ver: *ibid.*, pp. 195-98.

³⁸Antes que alguém tente rechaçar a afirmação que acaba de ser feita, é preciso adiantar que os relativistas irão contrapô-la, alegando que a ética em política não se coaduna com a ética e a moral cristãs e que, portanto, tais condutas consideradas acima como sendo ‘imorais’ na relação entre os Estados seriam fatos nada além do ‘normal’. Ora, se um determinismo extremado seria indesejável, igualmente ruim seria o oposto, ou seja, um relativismo ilimitado, que não passaria de um novo determinismo às avessas. Obviamente, tudo isso é muito questionável e demandaria um debate à parte, que extrapolaria os objetivos deste pequeno e modesto trabalho.

De qualquer forma, com o fracasso na introdução da mão-de-obra chinesa no Brasil, a despeito do sucesso diplomático da assinatura do tratado bilateral com o Império Celestial, o governo republicano vai buscar novas opções para suprir a demanda de trabalhadores. É nesse sentido, pois, que o Japão foi considerado uma viabilidade, e o Brasil firmou com o Japão o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação em 5 de outubro de 1895. A despeito do tratado não mencionar nada a respeito da introdução do trabalhador japonês no Brasil, o interesse velado do governo brasileiro era a imigração. Veja-se, pois, a mensagem do então chanceler, Carlos Augusto de Carvalho, para submeter o mencionado tratado à apreciação do Legislativo.

Nada se estipulou a respeito da imigração, porque não é preciso. O Governo Japonez resolveu, como sabeis, não permittil-a [sic] para Paizes que não tivessem com elle Tratados de reciprocidade. Temos Tratado, e pois elle, que é interessado em diminuir o excesso da sua população, não nos creará dificuldades.³⁹

Ao contrário do que ocorria com a China, o Japão da Era Meiji, conforme já visto, buscava abrir-se para o mundo amplamente e, além disso, buscava regiões para deslanchar o excesso demográfico, a fim de evitar futuras convulsões sociais que se refletiriam negativamente em seu projeto nacional de modernização e supremacia no continente asiático.

Entretanto, alguns questionamentos podem ser feitos com relação a essa 'segunda opção' — o trabalhador japonês — para suprir o malogro da introdução do braço chinês. Se, em

³⁹ Carlos Augusto de Carvalho. "Mensagem ao Congresso Nacional", de 16 de dezembro de 1895. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 30 de abril de 1896, p. 187.

grande medida, a introdução dos chineses fracassou em virtude das denúncias de que o asiático seria introduzido como um trabalhador semi-escravo, por que o governo japonês, obviamente ciente de tais denúncias, teria aceitado a assinatura do Tratado de 1895? Mesmo que o Estado japonês quisesse a qualquer custo promover o deslanche do seu excesso populacional para evitar convulsões sociais, se seus compatriotas estivessem sendo escravizados e maltratados no Brasil, a emigração não perduraria por muito tempo. Era, pois, do interesse do Estado japonês que seus trabalhadores fossem bem tratados em terras estrangeiras. Destarte, os diplomatas nipônicos foram bastante insistentes durante o processo de negociação do Tratado com relação à equiparação no tocante ao tratamento a ser dispensado aos cidadãos de ambas as partes. Em outras palavras, por meio da normatização, da legislação e de recursos jurídicos, o governo japonês buscou evitar que seus trabalhadores fossem maltratados no Brasil.

Os Cidadãos e subditos de cada uma das duas Altas Partes contractantes gozarão *respectivamente nos Territórios e Possessões da outra parte de inteira protecção* [sem grifo no original] para as suas pessoas e propriedades; terão livre e facil acesso junto aos Tribunaes para a *defesa de seus direitos* [sem grifo no original]; e da mesma fórma que os Cidadãos ou Subditos do Paiz, terão o direito de empregar advogados, sollicitadores, ou mandatarios para se fazerem representar junto aos ditos Tribunaes.⁴⁰

...Assim se estabeleceu a *reciprocidade* [sem grifo no original] que o Governo do Japão desejava em materia de justiça. Os Brasileiros ficarão sujeitos à jurisdição

⁴⁰ *Tratado de Amizade, de Commercio e de Navegação*, 5 de novembro de 1895, artigo XI.

local, como aqui estariam os Japonezes, ainda que não houvesse Tratado.⁴¹

A idéia de que o Tratado em questão fazia parte dos interesses japoneses revisionistas, de universalização de sua política externa, e de equiparação, diante das experiências anteriores de tratados desiguais com potências, se torna bastante forte quando o chanceler brasileiro relata ao Congresso um fato aparentemente alheio à negociação do Tratado específico, ao mencionar os sucessos de revisionismo japonês perante as potências.

...Como vos expus no citado Relatorio, já a Inglaterra concordou em desistir dos privilegios de que gozava, os quaes cessarão cinco annos depois da assignatura do novo Tratado. A essa informação accrescento agora que desistem de iguaes privilegios os Governos dos Estados Unidos da America e da Italia.⁴²

Conforme já mencionado em parte anterior deste trabalho, apesar de a imigração ser o intuito bilateral mais imediato pelo Tratado, nota-se que o fluxo imigratório japonês efetivamente começou somente 13 anos após, em 1908. Sabe-se que, durante esse interstício de tempo, três tentativas frustradas de introdução do trabalhador nipônico no Brasil foram realizadas. Até o presente estágio desta pesquisa, não se pode informar com exatidão as causas desses contratempos. Pode-se cogitar, entre outros fatores, o contexto japonês do fim do século passado e início do presente, em que o Japão estava envolvido em uma série de campanhas militares pela Ásia,⁴³ bem como as instabilidades políticas do início da vida republicana brasileira, que proporcionavam uma imagem não positiva do Brasil no estrangeiro.

⁴¹Carvalho, *op. cit.*, p. 187.

⁴²*Ibid.*, *ibidem*.

⁴³Sobre o militarismo e imperialismo japonês, ver nota 18.



Outra indagação que se pode fazer está relacionada com a efetividade do interesse japonês em reduzir o contingente populacional por meio do mecanismo emigratório. Se a emigração, direcionada principalmente ao Brasil, foi mesmo uma 'válvula de escape' de controle demográfico japonês, até que ponto efetivamente tal corrente emigratória foi efetiva? Se o fluxo emigratório para o Brasil efetivamente contribuiu para o controle demográfico japonês, impedindo convulsões sociais que poderiam solapar o plano de modernização do Japão, não seria exagerado afirmar que o estabelecimento do Tratado com o Brasil em muito teria colaborado com o sucesso da edificação do Japão como um Estado moderno e todas as suas conseqüências, como seu imperialismo, seu expansionismo, suas guerras, etc.

Todavia, estudiosos como Teiiti Suzuki alegam que o êxodo de japoneses para o estrangeiro foi muito insignificante, em termos numéricos, para servir de instrumento de controle demográfico. Ou seja, não se vê qualquer nexos entre a modernização e o conseqüente problema demográfico com a emigração.⁴⁴ Segundo esse autor, em cem anos, desde o início da Reestruturação Meiji, emigraram cerca de 1 milhão de japoneses. Quando a população era de 45 milhões, a emigração estivera limitada em 12 mil pessoas ao ano. Quando a população chegou a 58 milhões, a cota estabelecida de emigração era de 20 mil pessoas ao ano. Finalmente, quando o contingente populacional atingiu 70 milhões de habitantes, saíam cerca de 30 mil pessoas anualmente.⁴⁵

⁴⁴Ver: Teiiti Suzuki. Comentários à palestra proferida por Eduardo Basto Albuquerque "Transformações gerais da sociedade japonesa e imigração [sic] para o Brasil". Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. *O Japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: 1971, pp. 55-56.

⁴⁵Um estudo futuro a respeito destes números deverá ser feito para se averiguar a efetiva contribuição ou não do fenômeno emigratório para o controle de pressão demográfica. É preciso que se analise que percentual do contingente populacional

E, para finalizar, se o problema demográfico japonês não tinha nenhuma relação com a emigração para o Brasil ou qualquer outro país, ficam outras questões ainda mais cruciais: Como o Estado japonês teria solucionado aquela 'grande ameaça' populacional? Qual era o interesse real do Japão em promover a emigração para o Brasil? Qual era o real interesse japonês em estabelecer relações de amizade com o Brasil mediante aquele tratado, há cem anos? Seriam mesmo interesses imperialistas em estabelecer colônias e áreas de influência em terras do Novo Mundo?

4. Conclusão

A despeito das inúmeras dúvidas, é possível admitir-se que um certo grau de convergência de interesses mútuos entre o Brasil e o Japão teria permitido a assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação em 1895, formalizando o início das relações bilaterais. De um lado, estava um Japão que precisava solucionar seu crucial problema demográfico para manter seu projeto nacional de modernização e prosperidade, cujo sucesso permitiria enfrentar o gigantesco desafio de competir com as potências imperialistas do mundo ocidental. De outro lado, estava um Brasil que, tendo passado por grandes transformações políticas internas, precisava solucionar seu crucial problema de carência de mão-de-obra nas lavouras, bem como buscar novos mercados para a exportação cafeeira. Ao Japão teria interessado também ampliar os laços com regiões

era considerado excedente pelo Estado japonês. Realmente, dizer simplesmente que "o excesso demográfico era um problema crucial" é muito impreciso. Que excesso era problema? Qual era a contingente populacional que o Japão considerava seguro e não ameaçador? Quantos homens e mulheres efetivamente precisavam sair para evitar convulsões sociais futuras? Isso tudo precisaria ser questionado e respondido.

como a América Latina, a fim de evitar o perigo de relações tão-somente com as potências imperialistas do Ocidente.

Há indícios de que as marinhas imperiais de ambos os países já mantinham contatos com a visita de navios da esquadra brasileira ao Japão, antes mesmo da assinatura do tratado. Todavia, o que demarca oficialmente o início de uma longa história de intercâmbio entre os dois países é indubitavelmente o ocorrido naquela tarde de novembro de 1895 em Paris. Os princípios contidos nesse tratado, que ora comemora seus cem anos, nortearam outros acordos que foram selados entre Brasil e Japão nas últimas décadas.

Cem anos após, tanto o Brasil como o Japão muito mudaram. O mundo, em geral, remodelou-se. Doravante, é preciso, com as lições que os caminhos passados nos deixaram, refletirmos sobre o futuro do relacionamento entre nossos dois países, para que possamos sempre trilhar um caminho de amizade, de cooperação, de prosperidade e de lealdade dentro das páginas da grandiosa história das relações internacionais, que é a história da Humanidade.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto. "Transformações gerais na sociedade japonesa e imigração para o Brasil". *O Japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971, pp. 50-57.
- AMORIM, Wellington Dantas de. *Contraste e contato: aspectos do relacionamento econômico entre Brasil e Japão* (dissertação para obtenção do grau de mestre em relações internacionais), Universidade de Brasília: Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, maio de 1991, 212 pp.
- BEASLEY, W.G. *The Meiji Restoration*. Stanford: Stanford University Press, 1991, 513 pp.
- CARVALHO, Carlos Augusto de. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 30 de abril de 1896, pp. 487-98.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, 432 pp.
- DANTAS, Flávio Lafaiete. *Origens das relações entre o Brasil e a China — a missão especial de 1879* (dissertação para a obtenção do grau de mestre em história), Universidade de Brasília: Depto. de História, 1976, 231 pp.
- MENEZES, Adolfo Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960, 363 pp.
- MORLEY, James Willian. *Japan's Foreign Policy 1868-1941 — A Research Guide*. Nova York: Columbia University Press, 1974, 618 pp.
- NIHONGO Kyoiku Gakkai. *Nihon no Rekishi*. Tóquio: 1988, 126 pp.

NISH, Ian. *Japanese Foreign Policy 1869-1942*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1977, 346 pp.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 503 pp.

TRATADO DE AMIZADE, DE COMMERCIO E DE NAVEGAÇÃO. Paris, 5 de novembro de 1895.

YOSHIDA, Shigueru. *Japan's Decisive Century (1867-1967)*. Nova York: Frederick Praeger Publishers, 1967, 110 pp.